

As finanças públicas em 1990

O documento elaborado pela Seplan (Secretaria do Planejamento da Presidência da República) visando a oferecer subsídios aos membros do Congresso, que terão de votar o orçamento de 1990, permite salientar alguns aspectos que o público desconhece, a despeito da relevância da peça. O documento persegue dois objetivos principais: mostrar aos parlamentares a deterioração das finanças públicas nos últimos anos e descrever a ação do governo com vistas à ordenação dessas finanças em 1989 e aos retoques finais dados ao orçamento de 1990. Mas cumpre, acessoriamente, que o público se conscientize de como poderá a economia nacional ser afetada pelo novo orçamento desse que aprovado pelo Congresso.

Cabe-nos apenas assinalar alguns aspectos que até agora não mereceram relevo. Um primeiro fato, que julgamos importante, é o aumento da carga tributária. Considerando-se apenas o orçamento fiscal da União, verifica-se que a receita tributária estimada para o presente exercício em 6,5% do PIB deverá ascender a 8,4%, no próximo ano, o que representa elevação bastante sensível. No entanto, incluído nessas conside-

rações o orçamento da Seguridade Social observa-se que a receita tributária deu um salto ainda maior, repercutindo naturalmente sobre os preços dos bens e serviços, uma vez que o aumento acabará transferido aos consumidores. Tal receita, equivalente a 4,8% do PIB em 1988, deverá este ano chegar a 6,3% e a 10,1% em 1990. É o preço da "generosidade" dos constituintes...

Paralelamente, pode-se verificar que as transferências ao setor privado (abrangendo os encargos da dívida pública mobiliária), que no presente ano devem representar 5,8% do PIB (5,8% para os encargos da dívida e 0,4% para subsídios e subvenções), serão reduzidas a 4,0% em 1990. Tal redução afeta os encargos da dívida, que ficarão em 3,8%, o que mostra que o governo espera atenuar as altas taxas de juros que ora prevalecem, mas atinge também os subsídios e subvenções, que serão bastante reduzidos.

Do lado das despesas, é interessante notar que num orçamento austero, as despesas de pessoal e encargos sociais diminuirão no caso do orçamento fiscal (passando de 2,5% do PIB em 1989 a 2,2%

no ano seguinte), mas aumentarão consideravelmente no que toca à Seguridade Social, deixando os 1,5% do PIB de 89 para chegar a 2,2% em 1990. Para ambos os orçamentos, as outras despesas de custeio e de capital passarão de 8,4% do PIB para 12% em 1990, o que mostra que a austeridade não conseguiu realmente reduzir as despesas... Espera-se apenas a atenuação do déficit operacional da União de 3,4% em 1989 para 2,4% em 1990.

No orçamento das operações oficiais de crédito, apura-se que o setor agropecuário receberá, em termos líquidos, um pouco mais do que em 1989. Já o setor exportador não terá recursos líquidos que, no ano passado, representaram, segundo estimativa feita em setembro, 0,1% do PIB. Tal fato poderá ter algumas consequências sobre as vendas ao exterior.

O quadro relativo às necessidades de financiamento das empresas estatais é particularmente interessante. Mostra, em primeiro lugar, que a receita com a venda de bens e serviços das empresas estatais, que em 1988 representava 11,97% do PIB, deve atingir 11,08% em 1989, elevando-se no

próximo ano a 13,33%. Do que se depreende que o governo pretende elevar sensivelmente as tarifas públicas e os preços administrados. Do lado das despesas das estatais, temos um aumento importante dos gastos com pessoal e encargos, os quais, de 2,49% do PIB em 1988, deverão atingir 2,52% em 1989, prevendo-se 3,43% em 1990, o que não deixa de ser preocupante quando se pensa que devemos reduzir as despesas e que conseguimos privatizar algumas dessas empresas. Mas nota-se também leve aumento das despesas de custeio, o que evidencia claramente a incapacidade do setor público de reduzir seus gastos...

O único fator positivo é a perspectiva de uma ampliação dos investimentos das empresas estatais, que passariam a representar, no próximo ano, 3,19% do PIB contra 2,41% no presente exercício. Malgrado um agravamento da carga tributária, e uma redução dos subsídios e subvenções, o déficit operacional do setor público deverá, em 1990, situar-se em 2,67% do PIB contra 3,9% em 1989, isso desde que o orçamento seja aprovado e as estimativas, exatas...